



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA UEPB
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALISSON DA SILVA DE SOUZA

**CONTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA: ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SERRA
BRANCA, MUNICÍPIO PARAIBANO**

**MONTEIRO – PB
2021**

ALISSON DA SILVA DE SOUZA

CONTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA: ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS NO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SERRA BRANCA,
MUNICÍPIO PARAIBANO

Trabalho de conclusão de curso apresentado
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis pelo curso de Ciências
Contábeis, da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, Campus VI, Monteiro – PB.

Orientador: Profº. Me. José Humberto do
Nascimento Cruz

MONTEIRO – PB
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S719c Souza, Alisson da Silva de.
Contabilidade previdenciária [manuscrito] : estudo sobre as práticas contábeis no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca, município paraibano / Alisson da Silva de Souza. - 2021.
36 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2021.
"Orientação : Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Contabilidade pública. 2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). 3. Serviços contábeis. I. Título

21. ed. CDD 657.61

ALISSON DA SILVA DE SOUZA

CONTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA: ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SERRA
BRANCA, MUNICÍPIO PARAIBANO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Contabilidade – DECON, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus VI, Monteiro – PB, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Pública

Aprovada em: 08/10/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. MSC. José Humberto do Nascimento Cruz (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Mamadou Dieng
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. MSC. Ismael Gomes Barreto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por tudo que tem feito na minha vida. Agradecer por me permitir chegar até aqui e viver esse momento.

Aos meus familiares que sempre me ajudaram e continuam ajudando mesmo nos momentos de maiores dificuldades. Tenho certeza que sem vocês não teria conseguido.

Aos meus amigos, os quais me deram todo apoio ao longo da jornada acadêmica. Vocês foram fundamentais em toda essa caminhada, pois conhecê-los me ajudou bastante a concluir o curso. Agradeço especialmente a Erick, Fagner e Benício. Vocês foram grandes amigos que vou levar para a vida inteira.

Aos meus professores Humberto, Ismael, e Mamadou. Vocês, além de ótimos professores, foram como uns pais para mim. Agradeço a Deus por ter colocado vocês como meus professores.

Agradeço, principalmente, à minha esposa Alinne Cristina e ao meu filho Heitor Santos de Souza por me fazer cada dia mais feliz e realizado. Sem vocês, minha vida não teria sentido. A cada dia estou construindo e preparando tudo para que possamos realizar nossos sonhos e objetivos. Eu amo vocês!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	9
Gráfico 1 – Quantidade de funcionários atuantes.....	14
Gráfico 2: Práticas contábeis na gestão do IPSERB.....	17
Gráfico 3: Práticas contábeis do RPPS no IPSERB.....	18
Gráfico 4: Implementação das normas de contabilidade no IPSERB.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

IFAC – International Federation of Accountants

IPSERB – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

NBCs – Normas Brasileiras de Contabilidade

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	4
2.1 A Previdência Social Brasileira.....	4
2.2 A Contabilidade Pública e Previdenciária.....	6
2.3 As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	8
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	11
3.1 Abordagem e tipo da pesquisa.....	11
3.2 Coleta e análise dos dados.....	12
3.3 Processo de geração dos dados.....	13
3.4 Participantes da pesquisa.....	13
4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS	13
4.1 Funcionamento e gestão do IPSERS.....	14
4.2 Práticas contábeis na gestão do IPSEPB.....	16
4.3 Adesão às NBCAP.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22
APÊNDICES	25

CONTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA: ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SERRA BRANCA, MUNICÍPIO PARAIBANO

RESUMO

A Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público é um ramo da Ciência Contábil, cuja função é a de aplicar os Princípios da Contabilidade. Nessa perspectiva, o presente estudo buscou investigar como as práticas contábeis, no tocante à normatização específica dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e das Normas de Contabilidade Públicas Aplicada ao Setor Público (NBCASP), estão sendo aplicadas por profissionais que atuam no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca (IPSERB). Para isso, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e descritiva, sendo os dados, obtidos por meio de questionário, analisados a partir da abordagem qualitativa. Os resultados indicam que os funcionários realizam os procedimentos previdenciários necessários à instituição, tal como avaliação atuarial, registro contábil individualizado e inspeções de natureza atuarial. Tais procedimentos apontam uma consonância com os princípios de contabilidade, bem como com as NBCASP, sobretudo em relação aos procedimentos de escrituração e registro contábil, assim como de avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público. Não obstante, observou-se uma pouca adesão às NBCASP que entraram em vigor em janeiro de 2021, o que indica dificuldades por parte dos funcionários em implementar as mudanças no IPSERB. Esses resultados implicam a necessidade de uma contínua e eficaz capacitação profissional, com vistas a uma maior adesão às normas em vigor.

Palavras-chave: Contabilidade Pública; Regime Próprio de Previdência Social; Práticas Contábeis.

ABSTRACT

Public Accounting Applied to the Public Sector is a branch of Accounting Science, whose function is to apply the Accounting Principles. In this perspective, the present study sought to investigate how accounting practices, with regard to the specific regulation of Social Security Regimes (RPPS) and Public Accounting Standards Applied to the Public Sector (NBCASP), are being applied by professionals working at the Institute Municipal Servants Pension Plan of Serra Branca (IPSERB). For this, bibliographic and descriptive research was used, and the data, obtained through a questionnaire, were analyzed using a qualitative approach. The results indicate that employees carry out the social security procedures necessary for the institution, such as actuarial valuation, individual accounting records and inspections of an actuarial nature. These procedures are in line with accounting principles, as well as with the NBCASP, especially in relation to bookkeeping and accounting procedures, as well as the valuation and measurement of assets and liabilities in public sector entities. Nevertheless, there was little adherence to the NBCASP that came into force in January 2021, which indicates difficulties on the part of employees in implementing the changes in the IPSERB. These results imply the need for continuous and effective professional training, with a view to greater adherence to current standards.

Keywords: Public Accounting; Own Social Security Regime; Accounting Practices.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade pública brasileira passou (e passa) por diferentes mudanças e modificações em suas normas e regimentos desde a publicação da Lei 4320/64, a qual expõe as Normas Gerais de Direito Financeiro, com o objetivo de elaborar e controlar os orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Nesse sentido, percebe-se uma procura cada vez mais constante por transparência e eficiência na gestão dos recursos, o que evidencia a necessidade de informações padronizadas no que diz respeito à situação orçamentária, para facilitar, tanto a tomada de decisões por parte dos entes públicos, quanto a interpretação dos usuários externos (SILVA; ROSA, 2015; CAVALCANTE et al., 2017).

O Sistema Previdenciário Brasileiro, por sua vez, também é influenciado por diferentes transformações, que dependem do contexto socioeconômico e político em que se configura. De modo geral, as mudanças pelas quais passa o sistema previdenciário envolvem o grau de cobertura, o elenco de benefícios ofertados e as fontes de financiamento do Sistema. Todas essas mudanças contribuem para atender aos pressupostos sobre a seguridade social dispostos na Constituição Federal de 1998, os quais apontam a necessidade de ações por parte dos Poderes Públicos para assegurar “os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (art. 194). Para tal, estabeleceu seus objetivos (art. 194, parágrafo único) e o sistema de seu financiamento (art.195).

No Brasil há duas maneiras prioritárias para a segurança na Previdência Social: a pública e a privada, que possibilitam auxílio em casos extremos e pagamento de aposentadoria após o cidadão encerrar suas atividades trabalhistas. A Previdência Privada é facultativa, ou seja, não há obrigatoriedade de contribuição. No entanto, devido ao sistema colaborativo, no qual todos contribuem, a previdência pública é obrigatória para todo trabalhador com carteira assinada no Brasil. Tal aporte público pode ser realizado de maneiras diversas, tal como em forma de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – ou por meio de Regimes Próprios de Previdência Social. Vale lembrar que os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são ferramentas de gestão criadas e geridas pelo Estado – em âmbito federal, estadual e municipal – a fim de garantir segurança previdenciária aos servidores públicos efetivos.

No caso do município de Serra Branca, localizado na microrregião do Cariri Ocidental, no estado da Paraíba, o sistema previdenciário adotado pelo governo é um RPPS, o qual atribui ao município a responsabilidade com os servidores públicos efetivos

do local. Sendo assim, o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca (IPSERB) atua como órgão responsável por assegurar a estabilidade dos funcionários públicos efetivos.

No entanto, de acordo com Gazzoni (2018), embora o sistema de previdência esteja atingindo seu objetivo de fomentar a criação de uma poupança para garantir o benefício futuro, não se tem realizado na velocidade necessária para comportar toda a população que atende aos critérios estabelecidos para receber o benefício. Dentre os impasses para atingir totalmente os objetivos, o autor (op. cit) destaca: 1) Excesso de burocracia para ingressar no regime de previdência complementar; 2) Altos custos associados à operacionalização e manutenção de plano; 3) Incentivos fiscais insuficientes; e 5) Excesso de obrigações administrativas.

Nessas condições, é possível inferir que a segurança financeira atribuída à contribuição para a Previdência Social parece passar por um processo de enfraquecimento do Estado, o qual investe no avanço do sistema financeiro privado em detrimento do sistema previdenciário público, universal e incluyente (PORTELLA; SOUZA, 2021). Diante das considerações sobre o enfraquecimento contínuo do sistema previdenciário, bem como das inúmeras mudanças implementadas nesse setor, surge o seguinte questionamento: como acontece as práticas contábeis em relação à normatização dos RPPS e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca?

Em busca de responder a esse questionamento, delineou-se o seguinte objetivo geral: Investigar como as práticas contábeis, no tocante à normatização específica dos Regimes Próprios de Previdência Social, estão sendo aplicadas por profissionais atuantes no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca/PB. Já como objetivos específicos, têm-se: (1) Observar o perfil dos contadores que atuam no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca – IPSERB – em Serra Branca/PB; (2) Verificar as práticas contábeis, a fim de identificar o cumprimento (ou não) das normas impostas pelo Regime Próprio de Previdência Social; e (3) Analisar a possível adesão às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público na gestão do IPSERB, em Serra Branca/PB.

Ante o contexto de enfraquecimento do sistema previdenciário referido, por vezes proposital, entende-se a necessidade de mais discussões e debates teórico-metodológicos, que proponham alternativas para atender às necessidades e direitos fundamentais da população. Além disso, também se evidencia o caráter essencial de mais pesquisas na área

de Contabilidade Pública, que observem e avaliem as práticas contábeis relacionadas ao setor previdenciário público, a fim de compreender a implementação (ou não) das normas, a gestão de recursos e a transparência das informações, como é o caso da presente pesquisa, a qual é desenvolvida com o intuito de conhecer e apresentar dados e discussões relevantes sobre o sistema previdenciário do Município de Serra Branca – Paraíba.

Desse modo, com base nos resultados alcançados nesta pesquisa, é possível ter uma visão crítica sobre o funcionamento e gestão do setor previdenciário público do município a partir das respostas dos próprios funcionários que atuam na instituição referenciada. Entende-se que as discussões apresentadas poderão contribuir e influenciar em possíveis tomadas de decisão na gestão pública, tanto em relação à melhoria do sistema previdenciário municipal, quanto no que diz respeito à transparência de informações em favor dos usuários externos.

A presente pesquisa está organizada em cinco partes. A primeira, já sinalizada, apresentou-se o contexto, problemática, objetivos, justificativas e contribuições da pesquisa. A segunda, comenta-se brevemente os fundamentos teóricos que nortearam a análise dos dados. A terceira, expõe-se a metodologia que auxiliou no desenvolvimento da pesquisa. A quarta, explora-se os dados alcançados com a pesquisa. A quinta e última, tece-se as considerações finais.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1. A Previdência Social Brasileira

No Brasil, a noção de “seguro social” surgiu em meados do século XX, quando trabalhadores de uma empresa, sem qualquer incentivo ou participação do poder público vigente, evidenciaram a necessidade de criar fundos de auxílio, com o objetivo de garantir uma segurança financeira para os que estivessem impossibilitados de trabalhar (BATICH, 2004). De acordo com Silva e Costa (2016), as primeiras iniciativas de benefícios previdenciários ocorreram na Alemanha, em 1883, após uma série de greves e pressões por parte dos trabalhadores.

No Brasil, a Previdência Social fundamentou-se no princípio alemão expresso pela expressão Sozialstaat (Estado Social). Desse modo, apresentou semelhantes com o sistema previdenciário instaurado na Alemanha: o sistema de repartição, o financiamento tripartite

e a necessidade de contribuição prévia para a concessão de benefícios, formando as bases da atual estrutura previdenciária (SILVA; COSTA, 2016, p.159). Esse modelo de repartição, considerado simples e o mais aplicado no mundo, pauta-se no custeamento solidário e intergeracional por parte dos trabalhadores, aposentados e do governo. O modelo de financiamento solidário consiste, portanto, “na imposição de contribuições a cargo das pessoas que se encontram em atividade laboral, que irão custear os benefícios a serem pagos pelo sistema de Previdência” (PORTELLA; SOUZA, 2021, p.25).

O marco inaugural da Previdência Social no Brasil é datado em 1923, ano em que foi estabelecida a Lei Eloy Chaves, que é considerada a primeira lei regulamentadora do sistema previdenciário no país (SILVA; COSTA, 2016). Tal lei foi instaurada em um contexto sócio-histórico de profundas mudanças sociais e econômicas, consequências da industrialização no Brasil. Assim com a expansão da indústria, o número de trabalhadores também ampliou consideravelmente, o que provocou, de 1917 a 1919, diferentes manifestações e greves por parte desses trabalhadores, que reivindicavam proteção no trabalho e segurança social. Logo, o movimento dos operários acelerou o processo de institucionalização do sistema previdenciário no país.

A promulgação da Constituição Federal em 1998 surgiu de um profundo debate político entre partidos do centro-esquerda e direita, como também entre trabalhadores e partidos de esquerda. Desse modo, esse período é representado como uma transição para a democracia (VIANNA, 1998). Embora a Constituição tenha estabelecido algumas mudanças em relação às reformas anteriores, o sistema previdenciário permaneceu como um “sistema público, universal e de decisão compulsória, com um regime de repartição simples, além da manutenção das regras básicas para a concessão de benefícios” (SILVA; COSTA, 2016, p.169), os quais buscaram preservar o direito à integralidade dos benefícios.

Desde a instauração da Constituição de 98, diversas emendas foram realizadas a fim de preencher lacunas a respeito da Previdência, de acordo com as necessidades sócio-econômicas que surgirem. Diante disso, Camarano e Fernandes (2016) afirmam que o sistema previdenciário brasileiro é constituído por três regimes distintos: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Regime Privado. O primeiro regime, RGPS, é considerado o maior e com maior número de adesões, atingindo o setor privado. O segundo, RPPS, abrange os funcionários efetivos da rede pública. Já em relação ao Regime Privado, este é de caráter individual e facultativo, ou seja, o indivíduo escolhe se deseja ou não aderir.

No contexto de surgimento e adesão a esses regimes, foi estabelecido uma idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição no Regime Próprio de Previdência Social. Tal alteração, considerada significativa na estrutura previdenciária, já que antes exigia-se tempo de serviço e agora tempo de contribuição, implicou na redução dos benefícios, assim como aumentou o período laboral exigido para o pleno gozo dos benefícios (PORTELLA; SOUZA, 2021). Como consequência, o número de contribuintes tem aumentado nas últimas décadas, visto que o índice entre jovens passou de 43%, em 1993, para 64,6%, em 2014 (CAMARANO, FERNANDES, 2016, p. 275).

Em paralelo, vê-se um frequente estímulo à contratação de planos privados de Previdência, estes geridos por instituições financeiras privadas. Esse fortalecimento da previdência privada e dos fundos de pensão são apresentados à população enquanto um hipotético "incremento" da poupança interna. Porém, conforme Portella e Souza (2021, p.29), “os avanços do capital em desfavor do sistema previdenciário público, universal e incluyente, são cíclicos, universais e programáticos”, movidos pelo desejo do enfraquecimento do dever do Estado de garantir a seguridade social do servidor público.

2.2. A Contabilidade Pública e Previdenciária

A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil responsável por estudar, interpretar, identificar e avaliar os fenômenos financeiros e orçamentários dos órgãos públicos brasileiros. Essa contabilidade é responsável por gerir e fiscalizar todos os recursos financeiros oriundos dos cofres públicos ou os que foram inseridos por uma instituição privada como forma de investimento. A função da Contabilidade Pública é, portanto, possibilitar acesso à informação financeira das instituições públicas, a fim de que todos possam ter acesso à forma como o dinheiro gerado pelos impostos é acondicionado.

Nessa perspectiva, a contabilidade aplicada ao setor público é uma linha da ciência contábil, que aplica, no âmbito do processo gerador de informações, os Princípios da Contabilidade, bem como as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de diferentes entidades pertencentes ao setor público (CUNHA, 2013). Entre os princípios norteadores do trabalho contábil, destacam-se seis: 1) Princípio da Entidade; 2) Princípio da Continuidade; 3) Princípio da Oportunidade; 4) Princípio do Registro Pelo Valor Original; 5) Princípio da Competência; e 6) Princípio da prudência (CUNHA, 2013, p.56-57). Tais princípios são considerados como uma lei ou regra geral, que precisam orientar as práticas e ações do contador, como uma base de boa conduta.

No tocante à Contabilidade Pública aplicada aos regimes próprios de previdência social, esta tem a função de “evidenciar a capacidade econômico-financeira do Estado em manter o indivíduo que não tenha mais capacidade laborativa” (LIMA, 2005, p.122). Porém, em uma perspectiva mais ampla, a contabilidade previdenciária não está restrita ao acompanhamento financeiro e econômico, mas também à correta apresentação do patrimônio e compreensão de suas causas e mutações (CUNHA, 2013), a fim de prover aos usuários externos informações válidas e relevantes.

De acordo com Cunha (2013), os Regimes Próprios de Previdência Social, sendo parte de uma entidade pública, devem ter suas práticas contábeis fundamentadas na Contabilidade Pública, visto a necessidade de atender aos Princípios de Contabilidade referidos acima, assim como às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Para a organização dos RPPS deve ser seguidas determinadas normas de contabilidade¹, as quais destaca-se as seguintes:

- a) A escrituração contábil do RPPS deverá ser distinta da mantida pelo ente federativo, a fim de elaborar demonstrativos contábeis específicos, mesmo que a unidade gestora não possua personalidade jurídica própria;
- b) A escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do RPPS e modifiquem ou possam vir a modificar o seu patrimônio;
- c) A escrituração obedecerá aos princípios e legislação aplicados à Contabilidade Pública;
- d) Deverão ser adotados registros contábeis auxiliares para apuração das depreciações, de avaliações e reavaliações dos bens, direitos e ativos, inclusive dos investimentos e da evolução das reservas;
- e) Os demonstrativos contábeis devem ser complementados por notas explicativas, e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos investimentos mantidos pelo RPPS.
(CUNHA, 2013, p.65, adaptado)

Diante dessas normas, percebe-se que as práticas contábeis relacionadas ao setor previdenciário exerce na sociedade a função de esclarecer a capacidade econômica e financeira do ente público, de modo que o servidor que não esteja mais em condições de trabalhar para obter os recursos necessários à sua sobrevivência, esteja assegurado pelos benefícios dispostos pela legislação, sob uma perspectiva sustentável e contínua (LIMA;

¹ Portaria MPS 402/2008.

GUIMARÃES, 2009). À medida que a contabilidade previdenciária atinja seu papel e objetivo social, ela estará cumprindo os princípios referidos anteriormente (CUNHA, 2013).

2.3 As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no cumprimento de sua atribuição privativa, edita as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), com o objetivo de que sejam adotadas por todos os profissionais da contabilidade no Brasil. Essa decisão surgiu em decorrência das divergências entre as normas brasileiras e os padrões internacionais de contabilidade. Desse modo, em busca de “assegurar a evolução das Ciências Contábeis e a aplicação do conhecimento atualizado e globalizado no exercício profissional” (CFC, 2012, p.3), foi elaborado as NBCs Técnicas e Profissionais, assim como dos Princípios de Contabilidade (Resolução CFC nº 750/93).

No quadro 1, a seguir, são apresentados as NBCASP atualizadas, disponíveis para acesso no site da CFC².

Quadro 1: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NBC	Resolução CFC	Nome da Norma	IFAC
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	DOU 28/9/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16

² Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 11 out. 2021.

NBC TSP 07	DOU 28/9/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	DOU 28/9/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26
NBC TSP 11	DOU 31/10/18	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
NBC TSP 12	DOU 31/10/18	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
NBC TSP 13	DOU 31/10/18	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
NBC TSP 14	DOU 31/10/18	Custos de Empréstimos	IPSAS 5
NBC TSP 15	DOU 31/10/18	Benefícios a Empregados	IPSAS 39
NBC TSP 16	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34
NBC TSP 17	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35
NBC TSP 18	DOU 31/10/18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36
NBC TSP 19	DOU 31/10/18	Acordos em Conjunto	IPSAS 37
NBC TSP 20	DOU 31/10/18	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38
NBC TSP 21	DOU 31/10/18	Combinações No Setor Público	IPSAS 40
NBC TSP 22	DOU 28/11/19	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IPSAS 20
NBC TSP 23	DOU 28/11/19	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IPSAS 3
NBC TSP 24	DOU 28/11/19	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IPSAS 4
NBC TSP 25	DOU 28/11/19	Evento Subsequente	IPSAS 14
NBC TSP 26	DOU 26/11/19	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IPSAS 27
NBC TSP 27	DOU 04/11/20	Informações por Segmento	IPSAS 18
NBC TSP 28	DOU 04/11/20	Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral	IPSAS 22
NBC TSP 29	DOU 04/11/20	Benefícios Sociais	IPSAS 42

NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis (revogada a partir de 1º/1/21)	não há
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	não há

Fonte: adaptado do CFC.

O quadro 1, exposto acima, é uma adaptação do CFC. Neste, há todas as NBCASP existentes, sejam as mais antigas, vigentes desde janeiro de 2017, sejam as mais recentes, vigentes desde janeiro de 2021. Esse quadro norteou o desenvolvimento da pesquisa no tocante à elaboração do questionário, bem como análise dos dados. Na sociedade, é possível observar a crescente demanda por serviços de alta qualidade por parte do Setor Público. Para isso, faz-se necessário uma uniformização das informações contábeis na esfera pública, “baseando-se na padronização das normas contábeis do setor privado” (BRASIL, 2019, p.15).

Para atingir essa uniformização, como também a simetria dos procedimentos, práticas e demonstrações contábeis, a implementação dos padrões internacionais de contabilidade contribuíram significativamente (SILVA; ROSA, 2015). Nesse contexto, em 2008, foi elaborada a Portaria do MF no 184, a qual dispunha sobre as diretrizes a serem seguidas no setor público, de forma a tornar todas as práticas contábeis convergentes com as normas internacionais de contabilidade publicadas pela Federação Internacional dos Contadores – IFAC (*International Federation of Accountant*) e as normas brasileiras.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. Abordagem e tipo da pesquisa

Esta pesquisa é constituída em duas etapas distintas: pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2003) e pesquisa de campo, de caráter exploratório e descritivo (GIL, 2008). A pesquisa bibliográfica surge para que seja possível conhecer o que já foi estudado sobre um determinado assunto, assim como para delimitar o que é relevante estudar e investigar em determinada área. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.158), “o estudo da literatura pertinente pode ajudar na planificação do trabalho, evitar publicações de certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações”. Diante disso, observa-se o levantamento de dados é de suma

importância para nortear um novo experimento, sem reproduzir algo já executado anteriormente, além de fundamentar teoricamente para a etapa de análise dos dados.

Além da pesquisa de caráter bibliográfico, o presente trabalho também se fundamenta em parâmetros da pesquisa de campo. As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação de determinado grupo significativo de pessoas, com as quais se deseja conhecer comportamentos, ações ou fenômenos relacionados ao âmbito pessoal, familiar ou profissional (GIL, 2008). Entre as vantagens da pesquisa de campo, destacam-se: 1) Conhecimento direto da realidade; 2) Economia e rapidez; e 3) Quantificação. Para a realização dessas pesquisas, Marconi e Lakatos (2003, p.186) pontuam a necessidade de “determinar as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões”. Desse modo, no caso desta pesquisa, tendo em vista o objetivo de investigar como o processo de gestão é realizado por profissionais contábeis no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca, utiliza-se como instrumento de geração de dados o questionário.

Nessa pesquisa, adota-se a abordagem qualitativa, uma vez que não se visa quantificar os resultados alcançados a partir do emprego de instrumentos estatísticos na análise dos dados, mas sim compreender determinado fenômeno segundo a perspectiva dos sujeitos, partindo de questões mais amplas, as quais envolvem a obtenção de dados descritivos (GODOY, 1995). Godoy (1995) ainda defende que pesquisas qualitativas possuem caráter descritivo, dado o interesse em entender o fenômeno como um todo em sua complexidade. Assim, a presente pesquisa também se caracteriza como descritiva, pois tem como objetivo principal a descrição de características de determinada população, fenômeno ou situação particular (GIL, 2008).

Nessa pesquisa, optou-se por desenvolver um estudo de caso, dado o interesse em direcionar a investigação para uma situação particular: práticas e normatização contábil em um instituto localizado em Serra Branca, município paraibano. Conforme Sarmiento (2011, p.2, grifo do autor), “o que especifica o estudo de caso é a natureza singular do objeto de incidência da investigação [...]. Aquilo que o diferencia de outros desenhos ou formatos metodológicos é o fato de se situar numa *unidade*”. Sendo assim, no âmbito desta pesquisa, busca-se realizar um estudo específico sobre a normatização de práticas e regras contábeis, a partir das respostas dos profissionais que atuam no IPSEB.

3.2. Coleta e análise dos dados

Para atender aos objetivos traçados, adotou-se como instrumento de geração de dados o questionário, dada as vantagens que este mecanismo de coleta de dados pode apresentar ao pesquisador, quais sejam: 1) possibilita atingir grande número de pessoas; 2) implica menores gastos; 2) garante o anonimato das respostas; 3) permite flexibilidade no tempo de resposta; e 4) não expõe os pesquisados à influência de opiniões de outros (GIL, 2008, p. 122). Além disso, o fato do questionário ser aplicado de forma exclusivamente virtual, via Google Formulários, facilitou a aplicação das perguntas relativas à pesquisa e à coleta de dados, sobretudo no contexto de pandemia do CoronaVírus no Brasil, o qual se deve obedecer ao distanciamento social.

Para a elaboração do questionário, as questões foram divididas em x partes, com base nos objetivos traçados: (1) Perfil dos participantes; (2) Informações sobre o IPSEB; (3) Funcionamento do IPSEB; (4) Práticas contábeis na gestão do IPSEB; e (5) Adesão aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

3.3. Processo de geração dos dados

Em relação ao processo de geração de dados, este ocorreu a partir de quatro momentos. No primeiro, elaborou-se os questionamentos relevantes para esta pesquisa, de forma que as respostas dos participantes pudessem atender aos objetivos traçados. No segundo, enviou-se essas perguntas, anexadas em um link do Google Formulários³, para o *e-mail* dos participantes selecionados para a pesquisa. Por fim, no quarto e último momento, sistematizou-se os dados alcançados, para posterior análise.

3.4. Participantes da pesquisa

Em relação ao processo de seleção dos participantes, este aconteceu a partir de dois critérios: 1) serem bacharelados em Ciências Contábeis, Gestão Pública ou Administração; e 2) atuarem profissionalmente no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca. Esses critérios foram estabelecidos de acordo com os objetivos traçados para essa pesquisa.

A partir do envio de *e-mails*, recebeu-se o retorno de quatro participantes, que é o número de funcionários que trabalham no IPSEB. Em relação ao perfil desses

³ <https://forms.gle/WbtfBtmqyRGNWx9W8>.

profissionais, a maior parte é formado em Ciências Contábeis, porém, com exceção de dois participantes, que são bacharelados em Direito e Gestão Pública. No IPSERB, exercem o cargo de procuradora jurídica, diretor financeiro, diretor de benefícios e contador. Todos afirmaram conseguir o cargo através de contrato com a prefeitura municipal.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados alcançados com a análise dos dados, com o objetivo de identificar e compreender como as práticas contábeis estão sendo aplicadas por profissionais atuantes no IPSERB. Para visualizar melhor, optou-se por dividi-la em três subseções, a saber: 4.1) Funcionamento e gestão do IPSERB; 4.2) Práticas contábeis na gestão do IPSERB; e 4.3) Adesão às NBCASP.

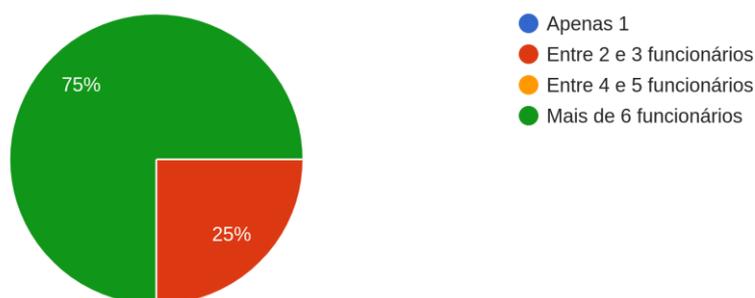
4.1. Funcionamento e gestão do IPSERB

Nesta subseção, são apresentadas algumas informações relacionadas ao IPSERB. Tais informações foram repassadas através do questionário aplicado aos participantes. Quando questionados sobre a quantidade de funcionários envolvidos no processo contábil do IPSERB, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 1: Quantidade de funcionários atuantes

Quantos funcionários estão envolvidos no processo contábil do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca – IPSERB?

4 respostas



Fonte: elaboração do autor (2021)

No gráfico 1, pode-se observar que 75% dos participantes alegaram a presença de mais de 6 funcionários atuantes no IPSERB, enquanto 25% afirmam ter entre 2 e 3 funcionários. Nessas respostas, observa-se uma disparidade na quantidade de funcionários,

visto que a maior parte alega mais de seis, enquanto pequena parte afirma entre dois e três, o que pode indicar a variabilidade de funcionários ou mesmo o pouco conhecimento acerca desse fator. Em artigo sobre o Regime Próprio de Previdência, Leite (2013) explica que cada RPPS possui um formato próprio em relação aos cargos ocupados. Porém, destaca a necessidade de servidores pertencentes aos seguintes grupos:

- a) *Diretoria Executiva*: Responsável pela administração e representação da unidade gestora. Em geral, tem um Diretor-Presidente e mais um, dois ou três Diretores, dependendo do tamanho da estrutura (Financeiro, Administrativo, Benefícios).
- b) *Conselho de Administração*: É o órgão de normatização e deliberação. Composto por um número que costuma variar, geralmente, entre cinco e nove representantes, cuja indicação é distribuída entre servidores do Executivo, servidores Legislativo, e servidores inativos.
- c) *Conselho Fiscal*: É o órgão consultivo, de fiscalização e controle interno. Em geral tem três membros, indicados pelo Prefeito e servidores. (LEITE, 2013, cap. VII, grifo próprio)

De acordo com a explicação de Leite (2013), exposta acima, há, em média, três representantes no primeiro grupo, cinco no segundo e três no terceiro, que integram os cargos de diretor financeiro, administrativo, de benefícios, além dos que pertencem ao conselho de administração e fiscal. Com base na presente pesquisa, observou-se a presença de apenas quatro funcionários no IPSEB, os quais responderam ao questionário. Nesse sentido, nota-se a ausência de representantes nos três grupos referenciados por Leite (2013), haja vista a resposta dos participantes quando indagados sobre os cargos exercidos na entidade: Contador, Diretor de Benefícios, Diretor Financeiro e Procuradora Jurídica.

Além da quantidade de servidores atuantes na instituição, também se questionou sobre outros aspectos do funcionamento e gestão na entidade, a saber: avaliação atuarial, registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e inspeções e auditorias de natureza atuarial.

Em relação à avaliação atuarial inicial e em cada balanço, os quatro participantes afirmaram que essa avaliação existe através de “lançamentos contábeis para ajuste tendo como base a reavaliação atuarial”. De acordo com a lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, as regras gerais para a organização e funcionamento dos RPPS, como é o caso do IPSEB, devem sinalizar a necessidade de atender às normas gerais de contabilidade e atuária, a fim de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial. Para isso, deve-se realizar em tais entidades a avaliação e reavaliação atuarial através de parâmetros gerais para a

organização e revisão do plano de custeio e benefícios. Como é possível observar, na instituição em análise, essa avaliação é realizada fundamentada em reavaliações anteriores, fato que indica a competência, fiscalização e acompanhamento das regras gerais de contabilidade previdenciária por parte dos servidores públicos.

Já sobre o registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor, os participantes relataram que esse registro ocorre através de software contratado pela entidade. Tal registro é disposto pela mesma lei referente à avaliação atuarial (Lei nº 9.717/08). Sendo assim, entende-se que esse processo faz parte das normas gerais de contabilidade e de atuária, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro da entidade. Na Portaria MPS nº 402/08, Art. 18, são descritas quais informações devem ser contempladas neste registro:

- I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;
- II - matrícula e outros dados funcionais;
- III - remuneração de contribuição, mês a mês;
- IV - valores mensais da contribuição do segurado;
- V - valores mensais da contribuição do ente federativo.

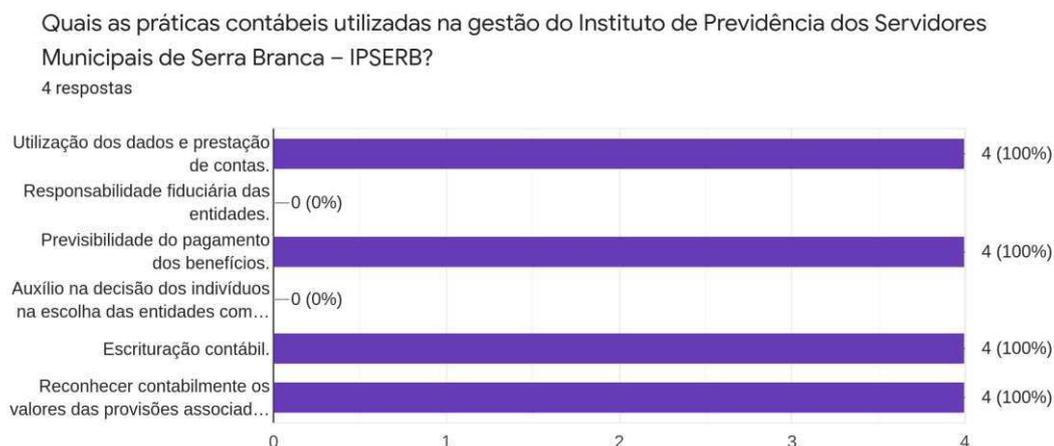
Diante disso, percebe-se que o registro parece acontecer na entidade analisada, muito embora os participantes não tenham esclarecido informações relevantes sobre como acontece o registro, em qual programa de software é realizado e com qual frequência eles o realizam. Por fim, sobre inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial no IPSEB, todos os quatro participantes afirmaram acontecer através do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e Tribunal de Contas, em datas definidas pelos respectivos órgãos, o que corresponde ao art. 40, § 20 da Constituição, que aponta a realização de tais inspeções pelos órgãos referenciados devido à inexistência de unidade gestora única.

4.2. Práticas contábeis na gestão do IPSEB

Nesta subseção, é analisada as práticas contábeis na gestão do IPSEB, com base nas respostas dos profissionais que atuam na instituição. Vale lembrar que as operações e as demonstrações contábeis em regimes próprios de previdência social são geradas em consonância com as Leis nº 4.320/64, nº 9.717/98 e nº 101/00, bem como com as portarias e instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, sobretudo os Manuais Técnicos de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, os Princípios de Contabilidade e às

NBCASP (CUNHA, 2013). No gráfico 2, a seguir, são apresentados os dados resultantes do questionamento sobre as práticas contábeis utilizadas pelos profissionais atuantes na gestão do IPSEB.

Gráfico 2: Práticas contábeis na gestão do IPSEB



Fonte: elaboração do autor (2021)

Com base no gráfico 2, exposto acima, é possível identificar as práticas contábeis indicadas pelos profissionais que atuam na instituição em análise. Sendo assim, observa-se que os quatro participantes assinalaram as mesmas práticas, o que evidencia a indicação em 100% da realização de tais práticas: 1) Utilização dos dados e prestação de contas; 2) Previsibilidade do pagamento dos benefícios; 3) Escrituração contábil; e 4) Reconhecer contabilmente os valores das provisões associadas às gestões Previdencial, Administrativa e de Investimentos segregadas por plano de benefícios e PGA.

Em relação ao primeiro, os participantes afirmam de forma homogênea a utilização dos dados gerados na instituição, para posterior prestação de contas. De acordo com Silva e Rosa (2015), essa prática é essencial no âmbito da gestão de RPPS, visto a crescente necessidade de transparência e eficiência na gestão de recursos, fato que exige a ampliação e sistematização de informações padronizadas a respeito da situação orçamentária, econômica e financeira dos entes públicos. A prática de geração e divulgação dos dados também contempla às práticas 2 e 4, elencadas acima, uma vez que a previsibilidade do pagamento dos benefícios, bem como o reconhecimento técnico dos valores das provisões de diferentes setores da entidade fazem parte das práticas contábeis relacionadas ao processo de transparência e acessibilidade da gestão. Nessa perspectiva, atender a tais práticas condiz com o objetivo do ramo da contabilidade pública, que é “captar, registrar,

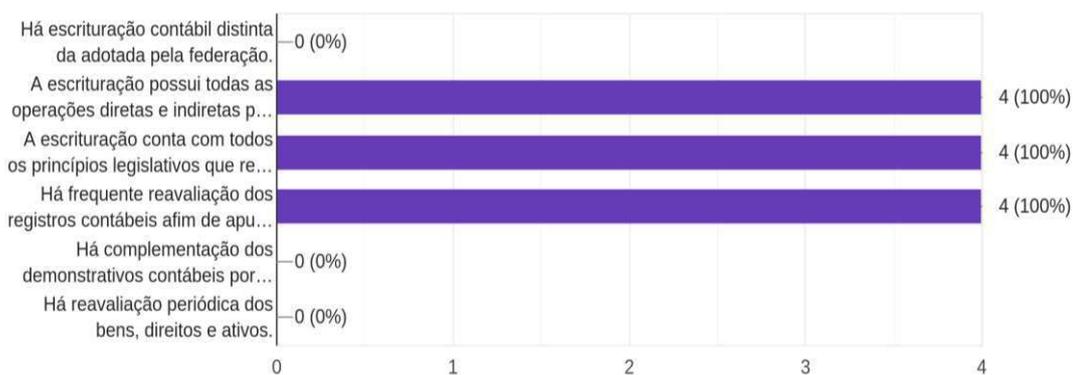
acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público” (KOHAMA, 2006, p.25).

No tocante à Escrituração Contábil, conforme visto no gráfico 2, é assinalado por todos os participantes. A prática da escrituração contábil do RPPS e suas respectivas demonstrações contábeis está baseada na Lei Geral dos RPPS43, a qual “determina que os RPPS deverão ser organizados baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial” (CUNHA, 2013, p. 96-97). Nessa perspectiva, ao afirmarem que realizam a escrituração contábil no IPSERB, supõe-se que os participantes atendem aos ditames legais, explicitados na Portaria MPS nº 916/03 através de quatro anexos, que detalham o processo de escrituração contábil: I - Estrutura do Plano de Contas; II - Função e Funcionamento das Contas; III - Modelos e Instruções de Preenchimento das Demonstrações Contábeis; e IV - Normas de Procedimentos Contábeis.

Ainda sobre as práticas contábeis no IPSERB, no gráfico 3, a seguir, são apresentados opções assinaladas pelos participantes, que evidenciam um maior detalhamento de tais práticas contábeis na entidade em análise.

Gráfico 3: Práticas contábeis do RPPS no IPSERB

Assinale, dentre as alternativas a seguir, as opções que representam as práticas contábeis do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – reatância dos Servidores Municipais de Serra Branca.
4 respostas



Fonte: elaboração do autor (2021).

No gráfico 3, percebe-se que os participantes assinalaram duas alternativas, que correspondem ao processo de escrituração contábil: 1) A escrituração possui todas as operações diretas e indiretas pelas quais o RPPS é responsável; e 2) A escrituração conta com todos os princípios legislativos que regem a Contabilidade Pública. Conforme visto anteriormente, realizar o processo de escrituração contábil sinaliza que as práticas

contábeis dos profissionais atuantes no IPSEB obedecem aos Princípios de Contabilidade, bem como às Normas Brasileiras de Contabilidade. Ressalta-se que as normas que regulam a escrituração estão incluídas na Portaria 916/2003, que tem por objetivo uniformizar os registros contábeis, contabilizar os recursos do RPPS, viabilizar e garantir a estabilidade e a liquidez dos RPPS, entre outros. Nesse sentido, com o intuito de padronizar esses procedimentos contábeis, os profissionais devem observar, sobretudo, as Leis nº 4.320/1964 e 9.717/1998.

No âmbito dos RPPS, há a preocupação de que a entidade cumpra seu objetivo social principal: pagar os benefícios previdenciários. Para isso, alguns procedimentos são necessários, tais como a constituição de provisões e reservas, as avaliações a valor de mercado, as depreciações e as reavaliações (LIMA; MAGALHÃES, 2009). Nessa perspectiva, pode-se observar no gráfico 3, que, além da escrituração, os participantes da pesquisa também assinalaram a prática de reavaliar os registros contábeis, a fim de apurar as avaliações de bens, direitos e ativos. Para que ocorra a avaliação e reavaliação periódica, é necessário fazer um registro analítico, a fim de caracterizar cada um dos bens de caráter permanente (CUNHA, 2013). Essa prática ou procedimento contábil está disposto legalmente na Lei nº 4.320/1964, bem como nas Portarias MPS n. 916/03 e n. 402/08 e NBC T 16.10 – *Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público*. Desse modo, ao afirmarem que realizam tal prática na gestão do IPSEB, os participantes sugerem seguir os procedimentos necessários para cumprir com o objetivo social da entidade, bem como indica estarem de acordo com os Princípios da Contabilidade – sobretudo o da Continuidade – citados na seção anterior.

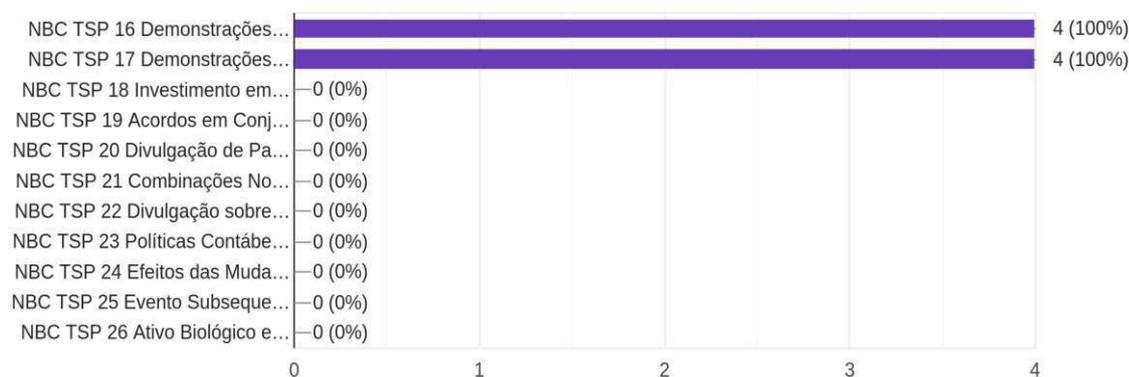
4.3. Adesão às NBCASP

Após observar o funcionamento e as práticas dos funcionários que atuam no IPSEB, faz-se necessário verificar a adesão desses funcionários às NBCASP. Para isso, nesta subseção, analisa-se as respostas dos participantes da pesquisa quanto à implementação dessas normas. Assim, a fim de conhecer se há (ou não) adesão dos funcionários do IPSEB a essas normas, sobretudo às mais recentes, foi indagado no questionário a implementação de tais normas na entidade. Para visualizar as respostas dos participantes, segue o gráfico 4.

Gráfico 4: Implementação das normas de contabilidade no IPSEB

Dentre as normas que entraram em vigor em 2021, elencadas abaixo, quais já foram implementadas?

4 respostas



Fonte: elaboração do autor (2021)

No gráfico 4, são apresentadas as respostas dos participantes quando questionados sobre as NBCASP que entraram em vigor em janeiro de 2021. Como é possível perceber, os quatro participantes, de forma unânime, assinalaram duas (2) normas das onze (11) que entraram em vigor este ano, a saber: 1) NBC TSP 16 Demonstrações Contábeis Separadas – Ipsas 34; e 2) NBC TSP 17 Demonstrações Contábeis Consolidadas – Ipsas 35. Ante esse resultado, percebe-se uma lenta adesão às normas estabelecidas, o que indica as dificuldades enfrentadas pelos profissionais contábeis em implementar as mudanças apresentadas no IPSEB. Quando questionados sobre tais dificuldades na implementação, os participantes relataram ocorrer em decorrência da falta de capacitação profissional, visto o contexto de pandemia do Coronavírus no Brasil. Nesse sentido, percebe-se que a qualificação profissional é uma das etapas necessárias para a contínua adesão às NBCASP, visto que, com essa capacitação, o servidor atuante enfrentará com mais tranquilidade e empenho as mudanças oriundas do processo de convergência entre as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) e as NBCASP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar como as práticas contábeis, no tocante à normatização específica dos Regimes Próprios de Previdência Social, estão sendo aplicadas por profissionais atuantes no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

de Serra Branca/PB. Para isso, foi aplicado um questionário com quatro (4) participantes, no qual as perguntas foram elaboradas com base nos objetivos específicos traçados. Tais perguntas introduzem três subtópicos de análise: 1) Funcionamento e gestão do IPSEB; 2) Práticas contábeis na gestão do IPSEB; e 3) Adesão às NBCASP.

Sobre o primeiro objetivo, constatou-se a presença de apenas quatro funcionários no IPSEB, o que parece indicar uma ausência de representantes nos três grupos referenciados por Leite (2013), que exercem diferentes cargos no RPPS. Além disso, também foi observado que os funcionários realizam procedimentos previdenciários necessários na instituição, tal como avaliação atuarial, registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e inspeções e auditorias de natureza atuarial. Tais procedimentos indicam uma consonância com os princípios de contabilidade, bem como com as leis em vigor.

Já em relação ao segundo objetivo, foi possível observar uma homogeneidade nas respostas dos participantes, já que ocorreu uma indicação em 100% sobre a realização das seguintes práticas contábeis: 1) Utilização dos dados e prestação de contas; 2) Previsibilidade do pagamento dos benefícios; 3) Escrituração contábil; e 4) Reconhecimento contábil dos valores das provisões associadas às gestões Previdencial, Administrativa e de Investimentos segregadas por plano de benefícios e PGA. A partir disso, entende-se que os funcionários realizam boa parte das práticas contábeis necessárias à gestão previdenciária no município em investigação, fato que supõe que eles atendem aos ditames legais referenciados anteriormente e, conseqüentemente, aos princípios de contabilidade e às NBCASP.

Por fim, no tocante à adesão às NBCASP que entraram em vigor em janeiro de 2021, constatou-se uma lenta adesão, o que indica dificuldades por parte dos funcionários em implementar as mudanças no IPSEB. De acordo com o questionário e a análise realizada, essa lenta adesão parece acontecer por conta da falta de capacitação profissional decorrente do contexto de pandemia.

Diante disso, os resultados evidenciam a necessidade de uma melhor e mais ampla qualificação profissional, a fim de que os profissionais contábeis tenham condições para realizar as práticas necessárias para o bom funcionamento da instituição previdenciária. Além disso, também se enfatiza o caráter essencial de uma formação continuada e especializada no tocante aos Princípios de Contabilidade e às NBCASP, para que os servidores se mantenham atualizados quanto às constantes mudanças nas leis em vigor.

REFERÊNCIAS

- BATICH, M. Previdência do Trabalhador: uma trajetória inesperada. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n.3, p. 33-40, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/FW6BPGx3MvRhB4zGD7cnBxD/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun 2021.
- BRASIL, C. V. **Percepção dos servidores que atuam nos setores de contabilidade da UFMG sobre a aplicação da norma brasileira de contabilidade aplicada ao setor público - NBC TSP 07 - ativo imobilizado**. 53 f. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32601>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. A previdência social brasileira. In: ALCÂNTARA, A. O.; GIACOMIN, K. C. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.
- CUNHA, A. R. G. **Contabilidade Previdenciária: um estudo sobre o grau de conformidade das práticas contábeis dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios pernambucanos**. Dissertação de Mestrado, Recife: UFPE, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11063/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_VERS%c3%83O%20FINAL.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.
- MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- CAVALCANTE, G. M.; AQUINO, M. M. F.; ISRAEL, S. M. B.; CEOLIN, A. C. Práticas contábeis no setor público: A percepção dos contabilistas do IFAL sobre a aplicação da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NCB TSP 16.10. **Revista de Informação Contábil**, v.11, n. 2, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/230377>. Acesso em: 01 ju. 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008 [1987].
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021
- LEITE, J. de. C. Regime próprio de previdência: perguntas e respostas. **Regime Próprio**, janeiro de 2013. Disponível em: https://www.regimeproprio.com.br/perguntao.rpps.janeiro_2013.htm#onIV14. Acesso em: 11 jun. 2021.
- LIMA, D. V. de. **Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social**. Brasília: MPS, 2005.

LIMA, D. V. de; GUIMARÃES, O. G. **Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social**. Brasília: MPS, 2009.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

NAJBERG, S. IKEDA, M. Previdência no Brasil: desafios e limites. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org); ALÉM, Ana Cláudia et al. **A economia brasileira nos anos 90**. 1. ed. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. 261-290.

PORTELLA, A.; SOUZA, B. C. N. A nova ofensiva ao sistema previdenciário brasileiro: paralelo com o modelo privatista chileno. **Direito, Estado e Sociedade**, n.58 p. 14- 41, 2021. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1192>. Acesso em: 01 jun. 2021.

SARMENTO, M. J. O Estudo de Caso Etnográfico em Educação. *In*: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A. T. (Org.) **Itinerários de Pesquisa - Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, L. L. da.; COSTA, T. M. T. A Formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de História. **Administração Pública e Gestão Social**, n. 8, v. 3, p. 159-173, 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/13226/1/1019-3939-1-PB.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

SILVA, L.; ROSA, F. Aspectos de convergência da contabilidade no setor público: um enfoque sobre a implantação do sistema de custos segundo a percepção de contadores municipais do Estado de Santa Catarina. In: Congresso Brasileiro de Custos, 22. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2015.

UEDA, E. M. **Sistema previdenciário brasileiro: aspectos macroeconômicos e distributivos**. Tese de Doutorado, Campinas : UNICAMP, 2005.

VIANNA, M.L.W. A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. Estratégias de bem-estar e políticas públicas. **Ed. Revan-IUPERJ/UCAM**, Rio de Janeiro, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE Nº 1 – QUESTIONÁRIO

Questionário sobre o nível de aderência às práticas contábeis do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – realizadas no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca

Olá.

Chamo-me Alisson da Silva de Souza, sou bacharelando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus VI. Esse questionário é uma etapa do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual objetivo verificar como as práticas contábeis estão sendo aplicadas de maneira que corroborem com a normatização específica dos Regimes Próprios de Previdência Social, no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca/PB.

Quaisquer informações, estou à disposição pelo e-mail: timalissonsouza@gmail.com

***Obrigatório**

1. Nome completo *

2. Cargo exercido no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca – IPSERB: *

3. Quais as práticas contábeis utilizadas na gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca – IPSERB? *

Marque todas que se aplicam.

- Utilização dos dados e prestação de contas.
- Responsabilidade fiduciária das entidades.
- Previsibilidade do pagamento dos benefícios.
- Auxílio na decisão dos indivíduos na escolha das entidades como alternativa para formação de sua poupança previdenciária
- Escrituração contábil.
- Reconhecer contabilmente os valores das provisões associadas às gestões Previdencial, Administrativa e de Investimentos segregadas por plano de benefícios e PGA.
- Outro: _____

4. Quantos funcionários estão envolvidos no processo contábil do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca – IPSERB? *

Marcar apenas uma oval.

- Apenas 1
- Entre 2 e 3 funcionários
- Entre 4 e 5 funcionários
- Mais de 6 funcionários

5. Qual (is) a formação acadêmica dos funcionários do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca – IPSERB? *

Marcar apenas uma oval.

- Ciências Contábeis
- Administração
- Gestão pública
- Outro: _____

11/10/2021 09:09

Questionário sobre o nível de aderência às práticas contábeis do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – realizada...

6. Os profissionais contábeis ocupam o cargo através de: *

Marcar apenas uma oval.

- Contrato
- Concurso público
- Empresa terceirizada
- Outro: _____

7. Qual custo anual que o profissional contábil gera para a entidade? *

8. Há um sistema de transparência de dados e informações sobre a gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca – IPSERB? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

9. Se sim, como ocorre o processo de divulgação dos dados? *

11/10/2021 09:09

Questionário sobre o nível de aderência às práticas contábeis do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – realizada...

10. Existe a realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, utilizando-se parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. Se sim, como esse procedimento é realizado? *

12. Como ocorre o registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor? *

13. Ocorre inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca – IPSEB? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11/10/2021 09:09

Questionário sobre o nível de aderência às práticas contábeis do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – realizada...

14. Se sim, como e quando é realizado? *

15. Assinale, dentre as alternativas a seguir, as opções que representam as práticas contábeis do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – realizadas no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca. *

Marque todas que se aplicam.

- Há escrituração contábil distinta da adotada pela federação.
- A escrituração possui todas as operações diretas e indiretas pelas quais o RPPS é responsável.
- A escrituração conta com todos os princípios legislativos que regem a Contabilidade Pública.
- Há frequente reavaliação dos registros contábeis a fim de apurar as avaliações de bens, direitos e ativos
- Há complementação dos demonstrativos contábeis por meio de notas explicativas.
- Há reavaliação periódica dos bens, direitos e ativos.

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

NBC	Resolução CFC	Nome da Norma	Correlação - IFAC	Vigência
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework	-
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23	A partir de 01/01/2017
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9	A partir de 01/01/2017
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19	A partir de 01/01/2017
NBC TSP 04	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12	A partir de 01/01/2017
NBC TSP 05	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32	A partir de 01/01/2017
NBC TSP 06	DOU 28/9/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 07	DOU 28/9/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 08	DOU 28/9/17	Ativo Intangível	IPSAS 31	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 09	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 10	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 11	DOU 31/10/18	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 12	DOU 31/10/18	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 13	DOU 31/10/18	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 14	DOU 31/10/18	Custos de Empréstimos	IPSAS 5	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 15	DOU 31/10/18	Benefícios a Empregados	IPSAS 39	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 16	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34	A partir de 01/01/2021
NBC TSP 17	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35	A partir de 01/01/2021
NBC TSP 18	DOU 31/10/18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36	A partir de 01/01/2021
NBC TSP 19	DOU 31/10/18	Acordos em Conjunto	IPSAS 37	A partir de 01/01/2021
NBC TSP 20	DOU 31/10/18	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38	A partir de 01/01/2021
NBC TSP 21	DOU 31/10/18	Combinações No Setor Público	IPSAS 40	A partir de 01/01/2021

16. No quadro acima, são expostas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Dentre as normas citadas, quais já foram implementadas no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Serra Branca? *

17. Dentre as normas que entraram em vigor em 2021, elencadas abaixo, quais já foram implementadas? *

Marque todas que se aplicam.

- NBC TSP 16 Demonstrações Contábeis Separadas – Ipsas 34;
- NBC TSP 17 Demonstrações Contábeis Consolidadas – Ipsas 35;
- NBC TSP 18 Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Ipsas 36
- NBC TSP 19 Acordos em Conjunto – Ipsas 37;
- NBC TSP 20 Divulgação de Participações em Outras Entidades – Ipsas 38;
- NBC TSP 21 Combinações No Setor Público – Ipsas 40;
- NBC TSP 22 Divulgação sobre Partes Relacionadas – Ipsas 20;
- NBC TSP 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Ipsas 3;
- NBC TSP 24 Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Ipsas 4
- NBC TSP 25 Evento Subsequente – Ipsas 14;
- NBC TSP 26 Ativo Biológico e Produto Agrícola – Ipsas 27;

11/10/2021 09:09

Questionário sobre o nível de aderência às práticas contábeis do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – realizada...

18. Houveram dificuldades para a implementação das normas listadas? Se sim, quais? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

